



## O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”

Marília Simplício Mairins<sup>1</sup>

PG/UEMS/NES/CEPAD

### RESUMO:

Este trabalho tem como finalidade analisar o discurso sobre o ensino brasileiro do não-indígena para o indígena, refletindo na construção de sentido pela linguagem. Os povos envolvidos no trabalho são: Terena, Gurani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Guató, Kadwéu, Ofaié e Kinikinawa. Uma vez que, é um direito assegurado com princípio da Constituição Federal de 1988, assim observando mudança fundamental na história do Brasil não nos aspectos sociais, político, religioso e econômico, mas na construção do sentido pela Análise do Discurso que constitui o lugar do sujeito em análise. Fazendo relação com os lugares de produção de sentido através da linguagem em sua temporalidade história, desde a imposição européia de civilizar o índio.

**Palavras – chaves:** Análise, Ensino, Indígena.

### Abstract:

*This article has to finely analysis discourse education Brazilian the not-indigenous for indigenous, reflects of the construction meaning the language. The peopl involved inthis work are: Terena, Gurani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Guató, Kadwéu, Ofaié e Kinikinawa. Since it is a right guaranteed as principle of the 1988 Federal Constitution, thus observing fundamental changes in Brazil history not on aspect social, political, religious and economic, but in the construction of sense through the event for constitutes social places of subject analysis. Making relationship with the production of meaning through places of the event by the language in his temporality history, from the European imposition of civilizer the Indian to the.*

**Key-words:** *Analysi, Education, Indigenous.*

### Introdução

De acordo com o IBGE, existem no Estado do Mato Grosso do Sul aproximadamente 73.295 índios, correspondendo à segunda população indígena do Brasil e conta hoje com as etnias: Terena, Gurani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Guató, Kadwéu, Ofaié e Kinikinawa. Assim, o ensino de sua língua

---

<sup>1</sup> Mestranda no Mestrado Acadêmico em Letras na (UEMS 2016). Especialista em Educação Infantil pelo (Castelo Branco). Graduada História (UCDB) e em Pedagogia (UNIMES ). Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino em Campo Grande - MS.

materna é assegurado pela Constituição Brasileira em seu Artigo 231, parágrafo 2º quando garante que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas nos processos de aprendizagem”. Uma vez que o ensino em sua língua materna lhes é garantido por lei e evitar a exclusão dos excluídos.

Mesmo com os avanços legais no que diz respeito às questões indígenas, na conjuntura da Constituição Brasileira, ainda precisa ser revisto em vários campos, principalmente no campo da educação. Isto porque quando os índios, ainda crianças, chegam à escola, falam sua língua materna (guarani). Entretanto, o professor dos anos iniciais fala a língua portuguesa. Justamente aí, reside um problema dos índios não dominando adequadamente a língua estrangeira (a língua portuguesa), não conseguindo acompanhar o conteúdo acadêmico ministrado na escola.

Dessa forma, no presente trabalho pretendemos analisar o discurso do indígena sobre o ensino brasileiro. Isto é, como ele percebe o significado do ensino do não-índio. Considerando que o professor dos anos iniciais para o indígena é ministrado por um professor não-índio.

Mesmo assim, com as dificuldades encontradas pelos indígenas concluírem seus estudos em data prevista. A presença deles em vários cursos torna visível que é reciso fazermos uma reflexão sobre seu modo de pensar a respeito do ensino do não-indígena, que lhes é oferecido como forma de interação social.

## **1. Histórico da Análise do Discurso**

A Análise do Discurso é uma disciplina lingüística que surgiu na França nos anos 60, através de estudos realizados por Michel Pêcheux para entender a significação e o sentido na linguagem nos textos na escola. E no Brasil essa disciplina foi proposta pela Eni Puccinelli Orlandi em 1980. A Análise do Discurso incumbiu-se com o discurso, empenhando em estudar a língua em funcionamento na produção de sentidos, o que nos permite interpretar um texto compreendendo e identificando melhor as ideologias presentes. Tornando possível um novo olhar nas formulações de sentidos nos enunciados, a qual nos possibilita uma reflexão na constituição do mundo e na construção de sentidos pela relação através da língua.

A Análise de Discurso proporciona novas condições de produção e reprodução para o indígena, poder expor sua opinião sobre o ensino que lhe é oferecido. Porque nem sempre a maneira de adquirir o conhecimento é unificada, o indígena adquire aprendizagem com a prática realizada em suas atividades cotidianas, enquanto o não-indígena aprende com mais facilidade através da teoria, sendo acessível e facilitando esse contato.

Nesse sentido, a análise do discurso tem como objeto o discurso enquanto sócio-histórico. Nisso a AD trabalha na relação limítrofe, entre o social e o linguístico enquanto discurso de entremeio: a linguística, o marxismo e a psicanálise. É uma relação em que nenhuma delas se deixa absorver pelas outras. Com renovações na Lei e ampliação teórica para garantir uma visão diferenciada ao atendimento ao indígena, ainda percebe a lentidão na tomada de decisão de todos envolvidos.

## **2. Reflexão do ensino brasileiro**

No Brasil, a educação escolar foi empregada como um recurso, quase sempre eficaz, de aniquilação da diversidade. Inúmeras iniciativas de civilização e integração à sociedade nacional de forma implementada pela Coroa Portuguesa, pelo império e pela república. Do século XVI até a última década do século XX, a oferta de educação escolar às comunidades indígenas esteve orientada pela catequização, pela civilização e pela intergração forçada dos índios à nacionalidade em vários campos, principalmente estrangeira. Dos missionários jesuítas aos funcionários da agência indigenista do “Estado”, do ensino em escolas rurais à alfabetização em língua indígena, levada a efeito por missionários. Todos os esforços da instituição escolar para os povos indígenas apontavam a anulação da identidade étnica como sujeito.

Analisando o processo de alfabetização pelos jesuítas percebe-se o interesse da reprodução da classe dominante da época em produzir instrumentos de produção. Assim o “Aparelho Ideológico do Estado” materializa no processo de construção do sujeito alienando pelo sistema educacional, embora, o ensino fosse ministrado na língua nativa, havia uma imposição para a conversão a uma cultura branca, cristã, europeia e dominante para a população indígena.

A política educacional brasileira carece de transformações constantes possibilitando o acesso permanente do índio nas instituições de ensino. Compreendendo, com clareza como foi organizada a sociedade e as características que foram atribuídas ao índio, suas semelhanças negativas de deterioração enquanto sujeito pensante, capaz e com suas especificidades. Essa construção de civilização trouxe consequências constatada até nos dias atuais para esse povo sendo a exclusão social a principal.

### **3. Legislação brasileira para educação indígena**

A educação formal era trabalhada por professores leigos, assumido a função de reproduzir as políticas interacionista. Sem levar em consideração a especificidade da cultura e da história indígenas, não havia um currículo escolar, que tivesse um programa de disciplinas diferenciadas, além de ter contribuído e incentivado a prática da língua monolíngüe (português). A promulgação da Constituição de 1988 pode ser considerada um marco histórico e importante para os povos indígenas, tendo em vista, que são assegurados direitos para se expressarem livremente, onde são reconhecidos como pertencentes a uma cultura que os distingue da sociedade envolvente. Sendo assegurado nos seus artigos.

Art. 206 – O ensino será ministrado com bases nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de ideia e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Com a aprovação do Decreto n. 26/91 de 04 de fevereiro de 1991, passando a responsabilidade da Educação Escolar Indígena para Ministério da Educação (MEC), cabendo organizar e coordenar as ações executadas pelas Secretarias dos Estados para atender a diversidade da população indígena. Então a reafirmação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que assegura uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue (ou multilíngue) aos povos indígenas para que estes tenham condições de resgatar, fortalecer e valorizar suas práticas sócio-culturais, suas memórias e a língua materna. Também dispõe de orientações para o desenvolvimento de programas que integrem e envolva a comunidade indígena.

Art. 79º. Os programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de uma educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Na busca de soluções das problemáticas vem levantando possibilidades legais e teóricas que tendem canalizar os aspectos para um processo positivo de transformação do sistema educacional brasileiro. Diante dos aspectos abri-se um leque de indagações na conjuntura política social, econômica e cultural, percebe-se que é fundamental fazer uma reflexão na formação social e seus reais interesse na transformação do sujeito.

Segundo ORLANDI, pensar na relação da ideologia como língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão do materialismo não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem. Este é um dos seus pontos de ataque ao materialismo. Mal a linguística que só percebe a língua pela

descrição da sua organização esquecendo-se de observar a sua ordem, o homem falando, ou seja, o sujeito descentrado no mundo dividido. Doença do empirismo e do apego aos dados enquanto marcas detectáveis. E para fazer a ciência do discurso estabelecer uma relação de consistência entre a teoria, o método, os procedimentos e o objeto.

Há as que mostram como capazes de desenvolvimentos, de elaborações que acrescentam, levam à frente, mostrando a riqueza desse campo disciplinar. E esta vertente tem sua imensa produção nos avanços produzidos. Estamos em um momento de uma virada de discurso. Inauguração de um novo campo de questões.

Uma conjuntura histórica, novas formas de existência histórica da discursividade leva a análise do discurso fazer novas indagações. Fazendo parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que à posição aparece como se sustentando na vontade e na consciência. No sujeito como origem e dono de si, há forma de onipotência também, no domínio social sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva. Ilusão da transparência da sociedade, negação da ideologia, ela traz em comum uma relação com autoridade do saber e o saber da autoridade, havendo um atravessamento do sentido e no sentido.

#### **4. O discurso do ensino superior para o indígena**

O Censo Escolar INEP/MEC (BRASIL, 2007) registra a existência de 2.422 escolas funcionando em terras indígenas para atender mais de 174 mil e estudantes, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) contabiliza cerca de 2,5 mil índios matriculados no ensino superior distribuídos nas universidades de todo o Brasil. Sendo que não se tem informação precisas do processo desse indígena na vida acadêmica (se desistiu, terminou etc.). Conforme os dados acima é possível perceber que a porcentagem ainda é baixa, mesmo com as modificações na Constituição de 1988.

Compreender a construção de sentido em relação dos povos indígenas no Brasil nos remete a um fazer um entreolhar no ponto fundamental em análise que é a baixa densidade populacional presente nas instituições de ensino superior. Seu estreitamento nos espaços sociais remete a observação de segregação e negação do sujeito e sentido durante o movimento da história.



Proporcionando a abertura de um leque nas lógicas de análise do objeto diante de suas formas de sociabilidade no coletivo e individual.

A linguagem na interação do sujeito com a sociedade através da fala está ligada entre si de modo inquestionável, afirmando uma relação com base constituinte da história da humanidade. Sendo a linguagem responsável para nos remeter a uma ocupação de lugar dentro de uma sociedade politicamente organizada no tempo delimitando o nosso espaço. Nesse sentido, o discurso propõe um estudo mais aprofundado com a da interpelação da linguagem como fundamental, para entender o processo do indígena na busca de concretização da aplicação do Ensino englobando sua realidade social.

Percebe que o indígena vem se mobilizando para poder superar as mazelas no processo de desenvolvimento capitalista, frente a novas perspectivas representadas pelas histórias de lutas, conquistas, da organização social, política, econômica e religiosa. As evidências ficam claras da necessidade de uma reorganização da prática social e da abordagem no planejamento para o trabalho.

Analisando o ensino nos últimos anos, houve o surgimento de vários conceitos que aparecem no contexto de discursões no qual os permite visualizar a complexidade desse panorama da necessidade da materialização em uma perspectiva democrática. Nessa direção o movimento de luta dos povos indígenas brasileiro não se direciona só pelo seu direito a terra, reivindicam também o cumprimento dos princípios subjetivamente assegurando pela legislação referente à educação escolar indígena, garantindo a formação adequada de professores não – indígenas e indígenas. Uma vez que o desconhecimento inicial sobre o modo de vida destes povos revela como a invisibilidade social tem um caráter violador, e como o trabalho diversificado poderá contribuir para visibilizar as lutas, as resistências e as conquistas destes povos que continuam a lutar desde a dominação colonial pelos seus territórios e pelos demais direitos.

Conforme, RODRIGUES. M. L. (2011), se faz necessário a análise do discurso como objeto de estudo no contexto cultural, em que o sujeito está inserido, e na sua necessidade de relação historicamente com o outro. A relação entre os objetos, os sujeitos e os espaços nos quais são inscritos, não podem ser separados. Portanto não pode dizer que não haja uma relação entre o objeto do discurso e objeto do mundo. Nesse sentido, os discursos, objetos e temas estão relacionados aos espaços sociais e históricos.

A ruptura causada pela análise do discurso, principalmente na questão da linguística pode se notar os diversos entendimentos da língua. E quando o sujeito se depara com a diversidade linguística,

promove um impacto metodológico na maneira de perceber a língua como instrumento de reflexões e construções norteadoras de problemas pela falta de habilidade teórica e prática. As evidências não ficam claras em razão pela qual se faz necessário especificar o enunciando a qual requer transformação do mundo que implica.

A resignificação é citada como tomada de posições discursiva, ou porque não acontece em um embate em torno dos sentidos, dos discursos, dos objetos e dos temas ou se equipara. É possível destacar que em uma reivindicação de reconhecimento a identidade histórica dos povos indígenas, surge uma problemática em ser amparada por lei e necessita de mecanismo para analisar as questões de entraves que torna o processo de construção lento. O conflito acontece quando na interpretação do direito é feita uma análise estabelecendo relações como acontece a transformação e a contemplação do discurso na descoberta de propostas que construa um procedimento de construção a integração do sujeito, objeto contexto histórico-social.

## **5. O discurso do currículo educacional**

Uma questão no Brasil a ser analisada é a educação, subsidiada por incursões que atingem o campo da “Ideologia e Reprodução”, elementos constitutivos do funcionamento do sistema educacional influenciando na prática docente e das políticas curriculares numa dimensão política.

Desta forma, novos desafios são impostos ao currículo da escola tanto para atender à sua diversidade cultural e ao seu multiculturalismo, como para satisfazer às exigências e conquistas sintetizadas na luta de setores da sociedade civil organizada na busca por visibilidade social e educativa como política de inclusão social. Essa realidade de inclusão alcança, em seu discurso, não somente atores sociais reflexos das desigualdades econômicas e sociais, mas também políticas. Impõe-se uma formação política que, uma vez direcionada à cidadania no tocante à sua legitimação e reconhecimento possibilitados através da luta pelos direitos sociais, apresenta caráter de uma pedagogia emancipatória.

“A contribuição do índio para formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz



consigo da selva americana, que não quero subestimar, e abafado, e não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe propõe”. (JÚNIOR, C. P. 1987, p.272)

É fundamental observar os aspectos do modo de vida dos índios (sua realidade, a construção social, familiar, religiosa), analisar sua trajetória, saindo de uma realidade rural, que também está sofrendo constantes mudanças, enfrentando julgamentos de anulação como ser humano pela história e cultura, diante da circunstância que são deparados em adaptar ao modo de vida urbana, em busca de melhorar condições das práticas agrícolas e reivindicar seus direitos, isso ocasiona um processo de relação diferenciado do não-indígena, ao invés de ser interpretado de outra forma toda essa mudança.

Percebe-se, a necessidade do amadurecimento a respeito povos indígenas, que durante século sua existência como sujeito capaz, pensante e historicamente social de direito foi anulada, pelas condições sociais imposta durante a formação da sociedade brasileira. Essa carencia de ação do Estado para a efetivação dos direitos dos indígenas tendo em vista o processo de inclusão educacional nessa perspectiva é lenta. Sendo um forma do cumprimento ao preceito do direito constitucional que garante uma educação pública de qualidade e oportunidade para todos.

Porém a materialização da igualdade e oportunidade para todos, tem sido discurso de propostas políticas, principalmente no âmbito educacional. Na prática parece ter sentido contrário, causando um entrave que não consegue resolver heterogeneidade da realidade social encontrada nas escolas. Essa deficiente de desconstrução do sujeito alienado, repensar o discurso sobre relação do sujeito indígena no contexto histórico e educacional.

## **6. Breve retrospecto histórico no Brasil**

A história da educação no Brasil tem sido um fator de mudanças, embora lenta na aplicação de investimento e da estruturação para o ensino de qualidade, sendo um direito subjetivo a cada indivíduo. As considerações apontam para a necessidade de medidas voltadas para o desenvolvimento de alternativas para a melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas e exige uma breve contextualização das questões relacionadas ao desenvolvimento político, social e econômico.



Rompendo os desafios que dificultam o desenvolvimento da sua capacidade e de sobrevivência. O processo de desenvolvimento social reflete também nas comunidades indígenas, pelo fato da sociedade não ser estático, fixo e determinando.

“Os homens fazem sua história, mas não fazem como querem; não a fazem sob circunstância de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime com um pesadelo o cérebro dos vivos”. (MARX, 1997:21)

O círculo de transformação social, busca da resposta para cada época, sendo motivada pela reestruturação que vai construindo outra conjuntura social, embora os problemas que os indígenas sintam sejam os mesmos, o ocultamentos da sua existência e direcionamento para atender as suas especificidades. Isso constroeu uma expectativa crescente de insatisfação e luta desse povo pela falta de compromisso do Estado. Sua luta busca concretiza a superação dos problemas sociais, no âmbito que a sociedade no geral torne-se justa na legitimidade dos deveres.

A Organização das Nações Unidas (ONU), divulgados uma nota dos países que mais arrecadaram tributos nas três esferas (federal, estadual e municipal), em 2015, O Brasil ficou em primeiro lugar. Mas no retorno de serviço ao contribuinte perde na qualidade e oferecimento da educação e segurança, em contrapartida encontra na lista dos países menos seguro do mundo pela quinta vez segundo as pesquisas. Sabendo que metade da população não tem acesso à saúde, a água potável, a saneamento, educação e segurança. Uma questão jamais imaginada na época da civilização. Essa taxa de crescimento de aumento dos impostos econômico nos remete vários questionamento em relação ao modo de produção, reprodução, alienação e transformação do sujeito para adaptação no mundo contemporâneo. Outro aspecto relevante de uma interpretação cautelosa de dados que assimila o aumento da pobreza com o do crescimento demográfico.

Todas as civilizações sofreram transformações, devido o acultramento formando o sujeito para viver em uma nova organização social. Acompanhar o crescimento econômico do país é necessário, até mesmo ara observar desenvolvimento do mundo e nas conjuntura geral de sua formação. Relacionar o crescimento quantitativo na formação dos centros urbanos e rurais das cidades

interfere no sistema político e econômico é lógico, mas não podemos afirmar que são fatores que interfere no bem estar da sociedade e por isso está fragmentada é uma incognita.

Apoiando no materialismo, a origem dos dados nos faz buscar um aprofundamento da realidade ao qual o sujeito está inserido para obter mais informação do objeto de estudo. Neste sentido, a forma de conhecimento sobre o indígena possa de fato possa ser pautado em sua própria aplicação empírica, nas suas prática do dia a dia e fortalecendo seus direitos coletivos. Aceitando a ideia, as condições materiais, suas histórias entendendo a importância de não ignorar a formação social local.

### **Considerações finais**

A finalidade desse trabalho é analisar o ensino brasileiro do não-indígena e o aprendizagem do indígena, que será mais um instrumento de pesquisa, estudo e reflexão nos embasamentos da proposta política pedagógica. Um dos aspectos crucial a ser analisado na elaboração de uma política de ensino visando tornar mais justa a educação formal dos indígenas, uma vez que o ensino em sua língua materna lhes é garantido por lei e evitar a exclusão dos excluídos.

A Análise de Discurso proporciona novas condições de produção e reprodução para o indígena, poder expôr sua opinião sobre o ensino que lhe é oferecido. Porque nem sempre a maneira de adquirir o conhecimento é unificada, o indígena adquire aprendizagem com a prática realizando de suas atividades cotidianas, enquanto o não-indígena aprende com mais facilidade através da teoria, sendo acessível e facilitado esse contato.

Mesmo assim, com as dificuldades encontradas pelos indígenas concluírem seus estudos em data prevista, a presença deles em vários cursos torna visível e é preciso fazermos uma reflexão sobre seu modo de pensar a respeito do ensino do não-indígena, que lhes é oferecido como forma de interação social. Que contribua para análise de pesquisa e estudo sobre a questão do ensino brasileiro para a população indígena. E que possa estabelecer relação intercultural com a realidade indígena e o não-indígena através de ações a serem desenvolvidas.

A construção do trabalho para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, canalizando, suas experiências e especificamente já nos fazem afirmar alguns princípios que para eles são fundamentais,



o debate sobre a Educação escolar e a identidade é foco da luta que aglutina no seu interior um papel de extrema relevância no cenário educacional do Estado por exercer um papel importante na pressão junto aos poderes públicos no âmbito federal, estadual e municipal da agenda de luta dos educadores indígenas por uma educação: específica, diferenciada e intercultural.

Porém, muito dos conflitos permanecem pelo estranhamento da universidade com o modo de ser e de compreender as forças dos saberes tradicionais na educação indígena, o excesso do academicismo e muitas vezes a distância de alguns conteúdos com a vida dos povos em suas comunidades ainda geram conflitos a serem superados nas mesas de negociações que seguem.

### **Referências Bibliográficas**

ALTHUSSER. L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. CNE/CBE, Brasília, 2012

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394/96) Brasília, Centro Gráfico, 1996.

JÚNIOR. Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: São Paulo, 1987.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. São Paulo: Campinas, 2012

RODRIGUES, M. L. **Linguagem, Identidade, História, Gênero, História**. Rio de Janeiro, Litteris, 2011

**VADE, Mecum**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. São Paulo: São Paulo, 2011